

PALESTINOS: AS VÍTIMAS ULTERIORES DO HOLOCAUSTO

Fábio Bacila Sahl

Universidade Estadual de Maringá (UEM)

Resumo: Fato que culminou na morte de milhões de pessoas, sobressaindo-se quantitativamente dentre estas as de descendência judia, o Holocausto e a memória de suas vítimas são temas de constantes debates. Se, de um lado, estudos de sua especificidade, causas e dimensões já somam um considerável volume, de outro, também se discute os usos políticos do fenômeno. Inserido nessa segunda corrente, o presente artigo trabalha com conseqüências e utilizações da lembrança do Holocausto em três momentos da Questão Palestina: primeiro, o período que vai do final da Segunda Guerra Mundial até 1948, ano de fundação do Estado israelense; segundo, o contexto de surgimento daquilo que Norman G. Finkelstein denomina de “indústria do Holocausto”, entre a Guerra de 1967 e a de 1973, e, terceiro, a invasão israelense do Líbano em 1982. A partir de referencial bibliográfico especializado e fontes, busca-se discutir os vínculos entre o fenômeno e a criação do Estado israelense e argüir sobre os usos políticos do mesmo, sobretudo para anuviar crimes praticados contra a população árabe, mais especificamente palestina. Notar-se-á que tal discussão paralela do sentido do Holocausto foi realizada mormente por intelectuais judeus, buscando criticar a instrumentabilização política que o Estado israelense e estadunidense fez do fenômeno para alcançar objetivos concretos. Em um contexto como o nosso, no qual o assunto tem gerado polêmicas a partir de sua negação pelo “revisionismo”, é salutar contribuir às discussões reiterando a necessidade de fazer uma crítica do uso político do Holocausto, mas que em nenhum momento caia no equivoco de um negacionismo.

Palavras-chave: Holocausto; Israel; Palestina; Limpeza Étnica.

“Não devemos permitir que alusões a Auschwitz nos suborne a razão, levando-nos a apoiar a causa errada. Estou falando como marxista de origem judaica, que teve seus parentes sacrificados em Auschwitz e que tem outros que vivem em Israel”.

Issac Deutscher, “O judeu não judeu”.

INTRODUÇÃO

Antes de qualquer coisa, como a fala de pessoas que chegam ao extremo equivoco de negar o Holocausto acaba por atrair prontas suspeitas em relação a abordagens críticas do assunto, faz-se necessário elucidar os objetivos do presente artigo. O que se questiona não é a existência ou a natureza desse acontecimento atroz e inegável, que inclusive aqui nem será abordada, mas menções ao mesmo dotadas de implicações ideológicas e políticas. Ou seja, será perscrutada a ideologização do Holocausto para servir a interesses concretos e determinados, mais especificamente em três momentos da trajetória da política orientada pelo sionismo.

Considerando-se a centralidade de tal fenômeno na trajetória dos judeus ao longo do século XX, é natural que o mesmo esteja vinculado, de alguma forma, ao estabelecimento e desdobrar de um Estado judaico na Palestina. Afinal, a fundação de Israel foi outro acontecimento marcante na vida desses povos, inclusive estando ambos muito próximos temporalmente. Sendo assim, tanto a utilização ideológica quanto as conseqüências diretas do Holocausto, sobretudo a morte e o desenraizamento de milhões de judeus, permeiam também a história dos povos árabes a partir da metade do século passado, sendo mais sentidas pelos palestinos.

Portanto, tendo como pano de fundo o convívio hostil entre árabes e judeus na região da Palestina e adjacências, busca-se averiguar como o Holocausto repercutiu nas relações entre ambos e foi utilizado por autoridades israelenses para alcançar objetivos nacionais e justificar suas ações. Nas palavras da jornalista brasileira Helena Salem, ela própria de família judia,

a imigração sionista no Oriente Médio alterou todo o sistema de relações da região, indispondo povos que, historicamente, não tinham qualquer hostilidade entre si. E o judeu-vítima acabou por fazer na Palestina uma nova vítima. Recusou-se a reconhecer essa vítima, insistindo em manter unicamente para si, como sempre, o *status* choroso, lamentoso, e sobretudo impune da ‘grande vítima’. Como ‘vítimas’, os judeus realizaram todo tipo de ação violenta contra a população árabe: explosão de mercados, destruição de casas, aldeias, mas sempre carregando a pesada cruz nas costas - ‘fazêmo-lo para nossa segurança, matamos para que não nos matem’¹

Quanto ao itinerário do presente artigo, em um primeiro momento, será abordada a relação entre o Holocausto e a fundação do Estado de Israel e sua utilização por políticos e militares durante a guerra de 1948. Posteriormente, discutir-se-á seu emprego a partir da guerra de 1967, com base naquilo que Norman Finkelstein denominou de “a indústria do holocausto” e, em um terceiro momento, seu uso político e militar no quadro da guerra civil libanesa.

A referência basilar dessa empreitada, que inclusive a inspirou e a qual se pretende acrescentar em dois pontos, é a obra do judeu estadunidense, cujos pais são sobreviventes de campos de concentração, Norman G. Finkelstein, “A indústria do holocausto: reflexões sobre a exploração do sofrimento dos

1. Helena Salem, *Palestinos os novos judeus* (Rio de Janeiro: Eldorado-Tijuca, 1977), 132.

judeus”.

Como o assunto é delicado, fiz questão de mencionar a ascendência judia dos autores envolvidos no mesmo, para dirimir eventuais críticas de tratar-se de autores anti-semitas ou acusações semelhantes. Em grande medida, são autores judeus contrários a política sionista, conhecida por sucessivamente negligenciar as resoluções da ONU, transgredir direitos humanos e praticar crimes de guerra.

O HOLOCAUSTO, ISRAEL E A LIMPEZA ÉTNICA

William Cleveland e Martin Bunton notam que os eventos da Segunda Guerra Mundial, destacando-se de longe o Holocausto, exerceram considerável influência no status futuro do conturbado mandato britânico da Palestina. Com a propagação do conhecimento sobre a extensão dos crimes perpetrados pelo nazismo, a consciência pública ocidental abraçou a idéia de que o assentamento dos judeus sobreviventes na Palestina poderia ser uma forma de expiação dos horrores aos quais a “civilização ocidental” os submeteu.

Encabeçando esse sentimento de compensação, esteve a sociedade estadunidense, sobretudo os cidadãos judeus. Se nos anos entre guerras havia uma generalizada falta de entusiasmo entre estes diante do sionismo, com a Segunda Guerra muitos se tornaram convictos apoiadores do Estado judeu na Palestina. A expressão pública dessa guinada foi tanto o Programa Biltmore, um comprometimento maximalista dos sionistas estadunidenses, quanto o apoio do presidente Harry Truman a execução do mesmo, tendo em vista

preocupações humanitárias e o crescente poder do lobby sionista sobre o Partido Democrata².

A consequência direta do Holocausto e desse apoio ao sionismo nos Estados Unidos foi a generalizada crítica a tentativa britânica de cumprir com parte dos termos do documento publicado em 1939 (*White Paper*) para amainar as tensões sociais entre nativos e colonizadores. Se, como consequência da Revolta Árabe, entre 1936 e 1939, da Comissão Peel, 1937, e da iminência de uma nova guerra mundial, a Grã-Bretanha estabeleceu novas diretrizes para seu mandato na Palestina, mudando alguns termos e se comprometendo a restringir os interesses exclusivistas sionistas (destacando-se o controle da imigração, a regulamentação da venda de terras a judeus e a criação de um Estado único), a efetivação do *White Paper* de 1939, após a Segunda Guerra, foi alvo de pesadas críticas. Citando Cleveland e Bunton, “a luz daquilo que se tornou conhecido sobre o destino da judiaria européia, a insistência britânica em fazer cumprir as quotas de imigração de 1939 apareceu como uma monstruosa injustiça”³.

Já próximo ao final da guerra, quando a derrocada do nazismo era questão de tempo, ocorreu o fim da colaboração de grupos sionistas com os esforços de guerra britânicos. Em decorrência de objetivos independentistas e da restrição ao estabelecimento de mais judeus na Palestina, as milícias *Irgun e Lehi* (ou *Stern*) passaram a organizar ataques contra as forças da mandatária, que repercutiram internacionalmente. Embasando-se nas catástrofes vivenciadas pelos judeus europeus, os sionistas demandavam

2 William L. Cleveland and Martin Bunton, *A history of the Modern Middle East* (Boulder: Westview press, 2009), 261.

3 William L. Cleveland and Martin Bunton, 262.

sua repatriação na Palestina, argumentando que “apenas um Estado judeu poderia providenciar um paraíso para as desenraizadas vítimas da brutalidade nazista”⁴.

Afora o peso do Holocausto na legitimação do apelo sionista por um Estado judeu, após a Segunda Guerra Mundial, seis fatores principais minaram a oposição britânica, limitando sua liberdade de ação e culminando na transferência de sua responsabilidade perante o impasse da Palestina para a neonata ONU. Primeiro, a entrada dos Estados Unidos com seus interesses específicos nos assuntos médio-orientais e o apoio a causa sionista e imigração judaica. Segundo, a fundação da Liga Árabe e seu peso nas relações diplomáticas locais. Terceiro, a pressão dos nacionalistas egípcios para a retirada da Grã-Bretanha e independência e a nova importância que assume a Palestina no quadro do decadente Império. Quarto, o terrorismo anti-britânico das milícias sionistas, que tornou a situação incontrolável. Quinto, o novo sistema internacional, polarizado entre EUA e URSS e mediado pela ONU e, sexto, a situação interna da Grã-Bretanha, recuperando-se da Segunda Guerra e liderada pelo Partido Trabalhista, desejoso de reduzir o custo das políticas imperialistas⁵.

Diante dessas mudanças e dos interesses britânicos após a guerra, sobretudo evitar uma massiva emigração de judeus para não prejudicar sua relação com os países árabes, mas ao mesmo tempo assegurar empréstimos estadunidenses, a solução foi evitar uma resposta imediata e envolver os Estados Unidos na questão. Assim, no começo de 1946 foi formada a

4 William L. Cleveland and Martin Bunton, 262.

5 David Kenneth Fieldhouse, *Western Imperialism in the Middle East: 1914-1958* (Oxford: Oxford University Press, 2006), 205-207.

Comissão Anglo-Americana para tentar resolver o impasse palestino.

Diante das atrocidades nazistas e do contingente de judeus sobreviventes vivendo em campos de refugiados na Europa (cujo reduzido número inicial, segundo Fieldhouse, aumentou drasticamente a partir do contrabando de milhares de outros para os mesmos), a Comissão, em seu relatório coletivo, propôs a concessão de vistos de emigração para 100.000 judeus e a suspensão das restrições para a aquisição de terras. Quanto ao Estado a ser constituído e a forma de governo, as conclusões foram mais vagas: o mandato britânico deveria continuar até que uma decisão fosse tomada pela ONU. Contudo, idealmente, deveria haver um governo representativo eleito, sem predominância de judeus ou árabes. De qualquer forma, os sionistas deram um importante passo para a concretização de seus objetivos, com a chegada ao fim dos princípios restritivos do *White Paper* de 1939⁶.

Diversas reações se originaram da publicação do relatório final da Comissão. Se os sionistas, para além da questão dos imigrantes, estavam divididos, David Ben-Gurion (sua principal liderança na Palestina) insistia na partilha e formação do Estado judeu. Com vistas as eleições internas, Truman apoiou publicamente a emigração dos 100.000 judeus e o direito a livre aquisição de terras. Já a Liga Árabe rejeitou completamente o relatório e o governo britânico considerou que a chave para a implementação ou não do mesmo residia na predisposição dos EUA em colaborar financeira e militarmente.

No transcorrer das negociações entre representantes estadunidenses e britânicos, o Departamento Colonial da mandatária voltou atrás e insistiu

6 David Kenneth Fieldhouse, *Western Imperialism in the Middle East: 1914-1958* (Oxford: Oxford University Press, 2006), 208.

na proposta de “cantonização” da Palestina, ou seja, a partição sob um outro nome e com uma limitada independência étnica. Se a maioria das questões locais ficaria a cargo dos cantões judeus e árabes, os pontos comuns, como defesa, ferrovia, segurança e imigração, inicialmente, caberiam a decisão de um poder central, controlado pelos ingleses. Segundo seus oficiais, o mérito dessa solução, que dependia da aceitação de ambas as partes envolvidas, era que poderia evoluir tanto para um Estado unitário quanto para uma federação ou dois Estados soberanos⁷.

Entretanto, Truman, que inicialmente parecia ter apoiado o projeto, pressionado pelo lobby sionista contrário a proposta na medida em que a emigração dos 100.000 ficava contingente a aceitação árabe, rejeitou-o. Nesse contexto, quase um mês após o fracasso de uma conferência convocada pelos britânicos para tentar resolver a questão, o presidente estadunidense proferiu um discurso, defendendo a criação de um Estado judeu viável, com controle sobre políticas econômicas e emigração, em uma área adequada da Palestina (linha do posicionamento sionista). Pouco depois, no início de 1947, os britânicos convocaram uma nova conferência, ao final da qual manteve-se o impasse. Sendo assim, no dia dois de fevereiro, a Grã-Bretanha formalizou seu plano final, conciliando pontos do programa árabe (Estado único) e israelense (mais emigração). Acaso o mesmo não fosse aceito, as Nações Unidas seriam solicitadas para arbitrar⁸.

Dado que o plano final não trazia nenhuma novidade, seu fracasso era evidente. Sendo assim, em abril de 1947, a ONU, respondendo a mensagem

7 David Kenneth Fieldhouse, *Western Imperialism in the Middle East: 1914-1958* (Oxford: Oxford University Press, 2006), 208-209.

8 David Kenneth Fieldhouse, *Western Imperialism in the Middle East: 1914-1958* (Oxford: Oxford University Press, 2006), 211-212.

britânica, convocou uma seção especial da Assembléia Geral, que culminou na criação do Primeiro Comitê, responsável por definir as diretrizes da resolução do impasse palestino.

Conforme aponta André Gattaz, a questão dos refugiados judeus monopolizou a atenção dos membros desse Comitê. Não havia um consenso quanto a relação entre o impasse palestino e a situação dos desenraizados europeus. A representação pró-árabe defendia o trato diferenciado das duas questões, argumentando que sua apreciação em conjunto era favorável aos sionistas e que, como uma organização já havia sido criada para cuidar dos refugiados, cabia ao comitê da ONU lidar especificamente com o caso palestino. Já o representante sionista defendia exatamente o oposto. Vinculava as duas questões, como se fossem faces de um mesmo problema, e defendia a imigração ilimitada dos judeus para a Palestina.

Sem se chegar a um consenso na questão dos refugiados judeus, após um mês de discussões, o Primeiro Comitê optou pela criação do Comitê Especial das Nações Unidas para a Palestina (UNSCOP). Gattaz observa que, como foram evitadas referências explícitas aos deslocados europeus e a UNSCOP estava autorizada a conduzir investigações onde julgasse necessário, inclusive na Europa, estava garantido o vínculo entre a questão dos refugiados judeus e o problema palestino⁹.

Nesse contexto, a relação entre o Holocausto e o apoio ao assentamento na Palestina dos sobreviventes e criação do Estado judeu fica explícita na fala do representante soviético na tribuna da Assembléia da ONU. Embora a União Soviética fosse contrária ao sionismo e ao seu projeto de criação

⁹ André C. Gattaz, *A guerra da Palestina: da criação do Estado de Israel à Nova Intifada* (São Paulo: Usina do Livro, 2003), 88-90.

do Estado judeu, segundo Léon Poliakov, Stalin arquitetou um projeto para apoiar o Estado de Israel, a fim de criar embaraços para a presença britânica no Oriente Médio. Em maio de 1947, esteando a visão sionista, Andrei Gromiko discursava nas seguintes palavras:

O povo judeu, podia-se ler no *Pravda*, suportou durante a última guerra sofrimentos e desgraças inauditas. Tais sofrimentos e desgraças são, sem exagero, indescritíveis. É difícil exprimi-los através da secura dos números das perdas infligidas ao povo judeu pelos ocupantes fascistas. Nos territórios onde reinaram os hitleristas, os judeus sofreram um extermínio físico quase total. A população judaica massacrada pelos carrascos fascistas elevava-se aproximadamente a seis milhões [...] A enorme maioria da população judaica da Europa que continuava viva perdeu pátria, seu teto e seus meios de existência. Centenas de milhares de judeus vagueia pelos diversos países da Europa, em busca de um meio de vida, em busca de refúgio. A maioria se encontra nos campos de refugiados, onde continua a suportar grandes privações [...] O fato de nenhum país da Europa Ocidental ter condições de garantir a proteção dos direitos elementares do povo judeu, e defendê-lo contra as violências dos carrascos fascistas explica o desejo dos judeus de terem seu próprio Estado. Negar-lhes esse direito não tem justificativa, principalmente se considerarmos o que ele sofreu durante a Segunda Guerra Mundial ...¹⁰

Infere-se a partir de Poliakov que, como parte da política internacional stalinista os argumentos do discurso de Gromiko influenciaram diretamente na votação da ONU que, com a resolução 181, aprovou a criação do Estado

10 Léon Poliakov, *Do anti-sionismo ao anti-semitismo* (São Paulo: Editora Perspectiva, 1988), 43-44.

de Israel. Nas palavras do autor, desde que a fala do representante soviético foi proferida, por mais de um ano, seu embasamento foi desenvolvido “em todos os tons e em todos os países”¹¹. Nesse mesmo sentido, Josef Weil, judeu ex-membro da juventude sionista, e Alejandro Iturbe, apontam que

desde que Israel surgiu, seus dirigentes e o sionismo utilizaram a chantagem do Holocausto nazista para impor sua política. Frente ao massacre nazista, a comoção mundial foi utilizada pelo sionismo para vender a idéia de que a única saída para a perseguição era [a] criação de um Estado judeu na Palestina¹²

Afora a questão dos sobreviventes e a influência direta na votação da ONU favorável a divisão da Palestina, que a partir da resolução votada ao final de novembro de 1947 garantiu ao Estado judeu (representando aproximadamente um terço da população) mais da metade das terras, a relação entre o Holocausto e Israel também está no tratamento dado aos milicianos sionistas. Se, entre 1936 e 1939, os britânicos esmagaram duramente a Revolta Árabe, segundo o historiador israelense Ilan Pappé, não poderiam fazer o mesmo com a rebelião sionista, afinal os olhos do mundo estavam voltados para a questão.

Não obstante essa “excepcionalidade” diante da regra comum da dureza na repressão colonial, ainda segundo Pappé, durante a limpeza étnica da Palestina (*Nakba*), entre o final de 1947 e 1948, em seus discursos públicos o “pai fundador” de Israel, David Ben-Gurion, freqüentemente se referiu as

11 Poliakov, 44.

12 Alejandro Iturbe e Josef Weil, “O que é Israel?”, in Josef Weil, org., *O Oriente Médio na perspectiva marxista* (São Paulo: Editora Sundermann, 2007), 34.

vidas judias perdidas, em meio as atrocidades cometidas contra a população nativa, como “vítimas de um Segundo Holocausto”. Se enquanto Gurion falava com a alta hierarquia sionista mostrava a fraqueza árabe e a segurança na vitória total, comprovando o exposto a partir do combate aos Estados árabes em uma frente e a continuidade a limpeza étnica em outra, quando discursava em público incutia medo em sua audiência ao pintar um cenário apocalíptico, mencionando um possível “Segundo Holocausto” em decorrência da derrota. Assim, garantia a passividade ou a colaboração de sua população diante da barbárie que as tropas sionistas perpetrava para “purificar” a Palestina¹³.

Tal alarde não ficava restrito a retórica de Gurion, era partilhada pelo poeta judeu Natan Alterman e pela alta hierarquia sionista, reunida regularmente em um conselho. O primeiro, já em 1945, comparava os árabes palestinos aos nazistas. Quanto aos segundos, Yigael Yadin, membro do alto escalão, após o Plano Dalet ter sido aprovado fundamentando a limpeza étnica, passou a se preocupar em maquiagem a discrepância entre os discursos catastróficos de uma aniquilação generalizada e a realidade de que as forças israelenses não encontravam nenhum desafio real na “guerra de 1948”. Diante disso, Pappe conclui que, além de manter a população alarmada e reunida em torno da causa sionista,

a tentativa de representar os palestinos, e árabes em geral, como nazistas foi um deliberado plano de relações públicas para assegurar que, três anos após o Holocausto, soldados judeus não iriam ter o coração amolecido quando fossem ordenados para limpar etnicamente, matar e destruir outros seres

13 Ilan Pappe, *The ethnic cleansing of Palestine* (Oxford: Oneworld Publications Limited, 2006), 83-87.

humanos¹⁴

Pappe, em seu livro “The ethnic cleansing of Palestine”, faz uma menção honrosa a militante israelense pelos direitos civis Shulamit Aloni, que lembra como, na época da *Nakba*, oficiais passaram a incitar ativamente as tropas sionistas demonizando os palestinos e invocando o Holocausto como o ponto de referência para suas ações. Em suma, tal qual os judeus outrora, segundo Pappe, os palestinos foram, e ainda são, desumanizados para serem transformados em alvos legítimos de expulsão e destruição¹⁵.

Por mais que as forças árabes, tanto palestinas quanto voluntárias e regulares de países vizinhos, nunca tenham colocado em risco a população judia, tentando antes de tudo proteger a população local palestina contra a agressão sionista, a opinião pública israelense, e em particular a estadunidense, contudo, perpetuaram o mito de uma destruição potencial ou “segundo Holocausto”. Citando Pappe,

explorando essa mitologia, Israel se tornou apto a, posteriormente, assegurar o massivo apoio das comunidades judaicas ao redor do mundo para seu Estado, enquanto demonizava os árabes como um todo, e os palestinos em particular, aos olhos do público geral nos Estados Unidos. A realidade era, com toda certeza, quase que completamente oposta: os palestinos estavam enfrentando uma expulsão massiva¹⁶

Considerando aquilo que Uri Avneri (jornalista judeu) chama de

14 Pappe, 72.

15 Pappe, 83-96.

16 Pappe, 122.

“procuração moral” que “garantia” aos sionistas um salvo conduto para fazerem o que quisessem, afinal nenhuma de suas ações poderia ser comparada ao Holocausto, Pappe coloca que, em meio a *Nakba*, os correspondentes internacionais, que acompanharam os acontecimentos de perto, não ousaram criticar abertamente as ações da nação judia. Afinal, haviam-se passado apenas três anos do Holocausto¹⁷.

Em suma, embora, em 1948, o Holocausto tenha servido para legitimar o Estado judeu, incutir medo na população judia local e “endurecer o coração” dos soldados perpetradores da limpeza étnica e de suas conseqüentes atrocidades, o mesmo também teve um fator negativo para os planos sionistas. Pappe lembra que o genocídio de judeus europeus obliterou o sonho colonialista de uma imigração massiva para reforçar o caráter judaico do Estado de Israel, na medida em que dizimou a muitos e desestimulou os sobreviventes a emigrarem para o novo Estado. Mediante esse contratempo, as lideranças sionistas ashkenazi (basicamente, judeus europeus), embora relutantes, passaram a incentivar a emigração de judeus árabes (*sefardim* ou *mizrahim*), vistos com preconceito na medida em que tinham que ser des-arabizados¹⁸.

A “INDÚSTRIA DO HOLOCAUSTO”

Norman Finkelstein faz uma diferenciação entre o acontecimento concreto, Holocausto, e aquilo que chama de “O Holocausto”. Enquanto o primeiro é o processo que culminou na morte atroz de milhares de pessoas (comunistas, judeus, ciganos, homossexuais, etc.), o segundo é

17 Pappe, 109.

18 Pappe, 253-254.

sua representação ideológica, cujos “dogmas centrais sustentam interesses políticos e de classes”. O autor defende que “O Holocausto” é uma construção internamente coerente, que tem apenas uma tênue conexão com a realidade, e provou ser uma “indispensável bomba ideológica”. Citando-o, como fruto dos desdobramentos dessa “indústria ideológica”, “um dos maiores poderes militares do mundo, com uma horrenda reputação em direitos humanos, projetou-se como um Estado “vítima”, da mesma forma que o mais bem-sucedido agrupamento étnico dos Estados Unidos adquiriu o status de vítima”¹⁹.

Finkelstein assevera que, se os Estados Unidos e sua população judia não se interessaram imediatamente pelas questões médio-orientais tão logo o Estado de Israel foi criado, após a Guerra dos Seis Dias (em 1967), quando a supremacia militar israelense ficou explícita, consolidou-se a aliança e pronta identificação. Segundo o autor, é nesse momento que as elites judias “relembrouam O Holocausto”, voltaram-se para Israel e passaram a trabalhar arduamente para solidificar os elos entre seu país e o Estado judeu. Para tal, a “indústria do Holocausto” foi “pesadamente estabelecida”, revertendo o silêncio público sobre o genocídio nazista a partir da arrecadação e investimento de uma infinidade de recursos públicos e privados para manter uma memória ideologizada do genocídio nazista. Afinal, se agora Israel era identificado como o principal aliado regional, os judeus não tinham medo de serem acusados de dupla lealdade²⁰.

O principal argumento dessas elites judias para essas renitentes

19 Norman G. Finkelstein, *A indústria do holocausto: reflexões sobre a exploração do sofrimento dos judeus* (Rio de Janeiro: Record, 2006), 13.

20 Finkelstein, 18-35.

referências históricas era que, no contexto da Guerra de 1967, como Israel e sua população estavam expostos a um perigo eminente, eles foram dominados pelos temores de um “segundo Holocausto”. Finkelstein critica tal alegação na medida em que, durante a guerra de 1948, quando a colônia judaica americana de fato temia outra Solução Final, pois a ameaça contra os judeus residentes na Palestina parecia eminente, não foram constantes as referências ao Holocausto. Outro argumento colocado pelo autor é que, afora os livros romanceados sobre o gueto de Varsóvia “O muro”, de John Hersey, e “Mila 18”, de Leon Uris, o Holocausto não teve outras menções em sua infância (passada nos Estados Unidos). A principal razão era que havia uma indiferença generalizada para com o acontecimento, mencionado em poucos filmes e livros e abordado por raríssimas pesquisas acadêmicas²¹.

Preocupado em manter a memória real da perseguição, “preservar a integridade do registro histórico” e denunciar os usos políticos e econômicos do Holocausto, Finkelstein defende que a memória criada pela “indústria do Holocausto” é uma “construção ideológica de interesses investidos”. Ou seja, longe de ser abordado conforme a totalidade de suas evidências históricas, criou-se uma exploração industrial em torno do assunto, nas palavras do autor, “desprovida de virtudes”. Em sua ótica, os principais objetivos aos quais “a indústria do Holocausto” serve são “justificar políticas criminosas do Estado de Israel e o apoio americano a tais políticas” e extorquir dinheiro de países europeus, em nome das “necessitadas vítimas do Holocausto”, como foi o caso da Suíça e Alemanha²².

Quanto aos efeitos dessa exploração industrial, se durante a Guerra

21 Finkelstein, 16-36.

22 Finkelstein, 18.

dos Seis Dias foram pouquíssimas as referências ao Holocausto, mesmo porque Israel avançou sobre os territórios árabes de forma rápida e sem grandes dificuldades, com a Guerra do Yom Kippur (1973) o medo dos judeus americanos foi exacerbado e a memória do acontecimento apocalíptico passou a ocupar o centro do palco. Como nesse contexto, simultaneamente a maciça assistência militar dada pelos EUA ao Estado judeu, a opinião pública americana “voltava firmemente as costas a Israel”, o Holocausto não só emergiu, como passou a se tornar cada vez mais institucionalizado²³.

Reforçando o alinhamento entre Israel e Estados Unidos, “O Holocausto” tanto serviu para sensibilizar a sociedade para com os sofrimentos dos judeus quanto esvaziar as críticas a conduta criminosa do Estado judeu. Dentre suas outras funções, afora consolidar a aliança entre ambos os Estados a partir do momento em que Israel se mostrou um aliado regional valoroso, segundo Finkelstein, “O Holocausto” também estava vinculado, de um lado, a emergência da política de identidade étnica judaica e, de outro, a “cultura de vitimização”. Reflexo deste último elemento, foi a difusão de um “fabricado novo anti-semitismo”, que serviu para desmoralizar quaisquer críticas aos judeus, na medida em que as colocavam como necessariamente infundadas, pois oriundas de um ódio patológico²⁴.

“O Holocausto”, a partir daquilo que Finkelstein chama de suas “pretensões de singularidade” (“intelectualmente pobres e moralmente desacreditadas”), criou para um sofrimento pretensamente único um “capital moral” que outorga por sua vez o direito único de uma quase invulnerabilidade a críticas. Em outras palavras, as pregações sobre a singularidade do

23 Finkelstein, 37-38.

24 Finkelstein, 41-48.

Holocausto, nas palavras de Jean-Michel Chaumont, constituem uma forma de “terrorismo intelectual” “que serve como um álibi privilegiado para Israel. Citando Finkelstein, “tornando os judeus irrepreensíveis, o dogma do Holocausto deixa Israel e a colônia judaica americana imune a censura legítimas”²⁵.

Para exemplificar o exposto sobre essa utilização da especificidade do Holocausto e do “capital moral” que propicia, podemos considerar uma passagem escrita pelo jornalista britânico Robert Fisk a respeito de sua cobertura da invasão israelense do Líbano em 1982. Quando, no contexto do massacre de Sabra e Chatila, Fisk viajou pelos campos de concentração e extermínio na Europa para traçar paralelos entre esse evento e o Holocausto, teve a impressão de que a escala deste “era tão inimaginável que as dezenas de milhares de mortes no Líbano pareciam de algum modo irrelevantes”. Contudo, logo na sequência, o jornalista execrou esta percepção, asseverando que a mesma

não é o que a história deveria nos ensinar. Tampouco é verdadeiro. Mas se é assim que eu, um estranho, um não-judeu nascido um ano após a morte de Hitler, era capaz de pensar - mesmo que brevemente -, então como alguém pode sequer questionar os sobreviventes [do Holocausto] ou seus filhos? Ou, mais importante, como alguém deve avaliar o comportamento do Estado que foi forjado - como muitos de seus cidadãos lhe dirão - nas próprias chamas de Auschwitz? Cada vítima judia do Holocausto, como está escrito no memorial Yad Vashem perto de Jerusalém, tornou-se cidadã honorária de Israel. Se essa premissa é aceita, então uma visita a Auschwitz não é somente uma peregrinação à maior sepultura em massa do mundo, mas também um reconhecimento de sua íntima conexão com o Oriente Médio e, em último

25 Finkelstein, 57-64.

grau, com a tragédia - de significância irrelevante, se a equação tiver que ser resolvida somente com números - de um outro povo, na verdade de inúmeros povos, cujo sofrimento eu e meus colegas no Líbano testemunhamos²⁶

O HOLOCAUSTO E A INVASÃO DO LÍBANO

Conforme exposto logo acima, talvez o exemplo melhor acabado do uso desse “capital moral” seja a invasão do Líbano por tropas israelenses, em 1982, quando “O Holocausto” serviu novamente ao propósito de legitimar ações militares a partir de uma identificação com o sofrimento dos judeus. Antes de retomarmos a análise dessa utilização nesse momento específico, cabe apresentar brevemente os motivos por trás da incursão israelense.

Oficialmente, a mesma tinha como principal objetivo fazer cessar os ataques “terroristas” em seu território, executados por palestinos. Para tal, após uma invasão inicial em 1978 visando destruir a força militar da Organização para a Libertação da Palestina (OLP) no sul do Líbano e criar uma faixa de segurança, no ano de 1982 o exército penetrou novamente no país, dessa vez indo até Beirute, onde manteve a capital libanesa sitiada e sob forte bombardeio aéreo, resultando na morte de milhares de civis.

Em contraponto ao discurso oficial, assevera Noam Chomsky que as invasões de Israel foram motivadas, mormente, pelo pânico gerado nos direitistas com a predisposição da Organização para a Libertação da Palestina (OLP) de respeitar o cessar fogo, aceitar um acordo de paz e buscar um acordo político para a criação do Estado palestino. Tal posicionamento constituía uma ameaça direta aos objetivos expansionistas do governo israelense, que

²⁶ Robert Fisk, *Pobre Nação: as Guerras do Líbano no Século XX* (Rio de Janeiro: Editora Record, 2007), 34-35.

há anos vinha povoando ilegalmente as terras limpidas etnicamente a partir de 1947 e aquelas ocupadas ilegalmente na Guerra dos Seis Dias²⁷.

Paralelamente a esses fatores, também deve-se considerar que, segundo o jornalista Ralph Schoenman, judeu estadunidense, “a matança e a dispersão do povo palestino era um componente específico da estratégia israelense. Outro era a dizimar a economia vital libanesa que, apesar dos esforços israelenses, tinha ocupado o posto de capital financeira do Oriente Médio”²⁸. André Gattaz aponta também que, na segunda invasão, o objetivo era extirpar a presença da OLP do Líbano de uma vez por todas, matando seus líderes e guerrilheiros. Afinal, como tal entidade palestina representava mais um perigo político do que militar, era necessário destruí-la ou pelo menos expulsá-la para o mais longe possível²⁹.

Nas palavras do então chefe do estado-maior das forças armadas israelenses, Rafael Eitan, com a invasão do Líbano buscava-se entravar “o esforço da OLP em prol de um Estado Palestino” e fortalecer a capacidade israelense de “abortar qualquer objetivo desse tipo”³⁰. Citando-o novamente, “os árabes não têm direito algum a ocupar sequer um centímetro de *Eretz Israel*. Os de bom coração, os moderados, devem saber que as câmaras de gás de Adolf Hitler serão como brincadeira de criança”³¹.

Como tais objetivos não podiam ser expressos claramente como metas oficiais de Estado para atrair simpatias, havia a necessidade de “estratégias

27 Noam Chomsky, *Piratas e imperadores: antigos e modernos: o terrorismo internacional no mundo real* (Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006), 100-102.

28 Ralph Schoenman, *A história oculta do sionismo. A verdadeira história da formação do Estado de Israel* (São Paulo: Sundermann, 2008), 140.

29 Gattaz, 149-165.

30 Chomsky, 104.

31 Schoenman, 75.

orwellianas” (Chomsky) a fim de se legitimar a invasão. Destarte, paralelamente a constantes referências ao terrorismo, “O Holocausto” novamente cumpriria sua função. Como nota Finkelstein, “no rastro da desastrosa invasão do Líbano por Israel, em 1982, e como as exigências da propaganda oficial israelense ficaram sob o ataque desmoralizador dos “novos historiadores” de Israel, os apologistas tentaram desesperadamente ligar os árabes ao nazismo”. Para tal, nada mais significativo do que alusões ao Holocausto³².

Sendo assim, em 1982, o primeiro-ministro israelense, Menachem Begin, referiu-se com frequência a Segunda Guerra Mundial e ao Holocausto. Segundo o jornalista britânico Robert Fisk, que cobriu os acontecimentos, Begin foi o homem que mais se esforçou para traçar paralelos entre a invasão do Líbano e a Segunda Guerra, entre Hitler e Arafat³³. Citando-o,

ele se referia ao Holocausto com tanta frequência que um proeminente historiador judeu do Holocausto escreveu pessoalmente ao primeiro-ministro israelense, implorando-lhe que parasse de usar as vítimas de Auschwitz para justificar a guerra no Líbano. Pouco adiantou. Para Begin, o Holocausto parecia justificar o injustificável. Um ‘complexo do Holocausto’ havia tomado conta de Begin. ‘Ele vive isso, ele pensa que detém o monopólio sobre seus antecedentes, suas conseqüências, seu significado ...’ □

Para Fisk, as alusões de Begin não eram completamente infundadas, pelo menos do ponto de vista oficial israelense. Havia um elo crítico entre o passado, nazismo, e o presente, palestinos, na medida em que o memorial do Holocausto em Israel, Yad Vashem, sustenta o argumento de Begin, fornecendo

32 Finkelstein, 73.

33 Fisk, 14.

um apoio visual ao mesmo. O local serve como base de acusação contra os árabes-palestinos e nazistas e até mesmo contra os britânicos administradores do mandato da Liga das Nações. A conclusão a qual Fisk chega ao visitar o memorial é a de que, como o xeque Amin al-Husseini, importante liderança árabe-palestina nos tempos do mandato, era um criminoso de guerra por se aliar aos nazistas, Arafat também o era ao ser identificado como seu sucessor³⁴.

Afora essa utilização do “O Holocausto” para legitimar a invasão, nesse contexto do incidente libanês fica evidente uma outra função de sua reverberação. Antes do massacre nos campos de refugiados palestinos em Sabra e Chatila (Beirute), organizado por altos oficiais israelenses como Rafael Eitan e Ariel Sharon em conluio com aliados locais, um grupo de aproximadamente trezentos libaneses, pertencentes a milícia maronita Falange (*al-Kataib*), foi selecionado e enviado a Israel para treinar e se preparar em sua guerra contra os palestinos. No documentário *Massaker*, referente as atrocidades cometidas, constam depoimentos de alguns desses milicianos falangistas, co-responsáveis pela execução das mesmas. Nas palavras de um deles,

Eles [os israelenses] nos colocaram em uma sala com um projetor. Também estavam presentes oficiais israelenses e homens do serviço secreto. Eles nos mostraram um filme sobre como eles foram queimados. Homens e mulheres iam ao chuveiro e abriam as torneiras. Para que? Água. Mas o que vinha, ao invés, queimava eles. O filme mostrava isso. Eu nunca tinha visto um filme como este antes. Eu já havia ouvido que os judeus ... Que os alemães tinham assassinado e queimado os judeus, nos tempos de Adolf Hitler e sua namorada. Eles nos mostraram o filme. Nós o assistimos. O filme era em preto e branco. Só em preto e branco. Não era colorido. Nós olhamos para

34 Fisk, 530-531.

eles, suas roupas, o jeito como eram trancados e queimados. Uma mulher, uma garota, embaixo do chuveiro. Em vez de água, caía petróleo. Eles estavam queimados, eram enterrados. Nós vimos suas roupas e pertences.

Por que eles nos mostraram aquilo? Esta é a questão. Por que não nos mostraram algo como *Bonanza* ou *Tarzan*? Ou um filme pornô? Nós éramos jovens homens em quartéis nas montanhas da Galiléia. Isso teria sido engraçado. O filme era sobre eles mesmos. Eles nos mostraram apenas esse filme. O extermínio dos judeus na Alemanha.

[Entrevistador] - Era dublado em árabe?

- Não, era em inglês.

[Entrevistador] - Então vocês não entenderam muito?

- Nós vimos as imagens. Eles nos mostraram várias cenas. Charles Chaplin estava nelas também. Cenas sobre esse assunto. O filme durou noventa minutos. Eles disseram, ‘amanhã, sábado, nós vamos mostrar a vocês o museu [do Holocausto]. Eles nos mostraram o museu e depois o *Knesset*. Nós dissemos uns aos outros, ‘eles estão certos’³⁵

Percebe-se no depoimento supra-citado que, novamente, tal qual ocorrido na limpeza étnica de 1948, o Holocausto foi empregado como fator mobilizador para criar simpatia com a causa israelense. Só que desta vez, tratava-se de um treinamento militar. Como já visto extensamente, a especificidade do fenômeno e a carga emocional a ele subjacente servem para outorgar legitimidade a luta do Estado judeu contra seus inimigos, independentemente se eles tem ou não conexão com os nazistas. Para tal, o Holocausto é deslocado de seu contexto original para direcionar a revolta e o desejo de justiça que gera contra um novo inimigo, as “vítimas” subseqüentes do Holocausto nazista.

35 Monika Borgman, Lokman Slim e Hermann Theissen (documentário), *Massaker Sabra et Chatila par ses bureaux* (Strasbourg: Lichtblick film Produktion, 2004), 28:30-30:30.

Ao que parece, em nossos dias, tal uso ideologizante ainda não cessou. Não me refiro as comparações entre Saddam Hussein e Hitler, no contexto da Guerra do Golfo. Em 2010, fui surpreendido por um email, oriundo dessas correntes intermináveis cujo destino mais provável é a lixeira, intitulado “Holocausto”. Ao abri-lo, a pronta surpresa. Em um primeiro momento, as cenas horríveis e chocantes do abominável e verídico Holocausto. Em um segundo, sua vítima derradeira era apresentada: os iranianos. O objetivo explícito do email era advertir para a necessidade de se atacar o Irã para que um outro Holocausto não aconteça.

CONCLUSÃO

Citando Ralph Schoenman, “quatro mitos fundamentais têm moldado a consciência da maior parte de nossa sociedade sobre o sionismo”³⁶, destacando-se o mito de que este é o herdeiro moral das vítimas do Holocausto. O autor considera-o o “mais difundido e o mais insidioso dos mitos sobre o sionismo, na medida em que sempre invoca os horrores do Holocausto, mas ignora a aliança inicial e a proximidade entre o movimento nacionalista judaico e o nazismo”. Schoenman ainda defende que, tendo em vista a experiência limite das catástrofes que se abateram sobre os judeus na Segunda Guerra, os sionistas, ao não compreender o significado da perseguição, dor, humilhação e difamação e sentir compaixão, traíram seu povo e depois o degradaram. Não suficiente, “comprometeram os judeus sobreviventes com um novo genocídio contra o povo palestino, encobrendo-se, com selvagem ironia, com o manto coletivo do Holocausto”³⁷.

36 Schoenman, 45.

37 Schoenman, 119.

Uri Avneri, argumenta que ao invés de serem purificadas pelo sofrimento, as pessoas ficam piores, corrompidas, egoístas. Só falam de si e só conseguem enxergar seu próprio sofrimento. Pensando especificamente na relação entre Israel e o Holocausto, na mesma linha de Schoenman, sublinha que

quando tais coisas monstruosas aconteceram com o seu povo, você acha que nada pode se comparar a isso. Você ganha uma procuração moral, uma permissão para fazer o que quiser - porque nada pode se comparar ao que aconteceu conosco. É uma imunidade moral claramente sentida em Israel [...] Será que isso responde parcialmente pela forma curiosa como pessoas razoáveis, ponderadas - até mesmo homens que sofreram terrivelmente - não conseguem criticar Israel quando é cristalinamente óbvio que a nação é culpada, que seu Exército se comportou de maneira cruel, brutal? Nesses momentos, padrões normais de julgamento parecem ficar em suspenso³⁸

Buscando compreender a questão de forma mais ampla, o filósofo italiano Domenico Losurdo lança um outro ponto de vista relativo as críticas feitas a Israel quanto a “indébita instrumentalização política do holocausto” e a arbitrária construção de uma linha de continuidade entre nazistas e árabes. Embora reconheça a legitimidade de tais acusações específicas, prefere refletir sobre essas vinculações ideologizantes a partir das relações mais gerais entre opressores e oprimidos. Losurdo defende que, de forma geral, é bastante tênue “a linha que separa a legítima e sacrossanta reivindicação de um ressarcimento moral e a utilização política, imediata e, portanto,

38 Fisk, 532-533.

tendencialmente instrumental, de tal ressarcimento”³⁹.

Ou seja, geralmente, por mais que as vítimas tenham razão, se apóiam no sentimento de culpa dos opressores, ou daqueles que a eles estão de alguma forma relacionados, para insinuar uma “culpa coletiva” e promover objetivos específicos. Para além dos sionistas, as vítimas em geral traçam uma continuidade inexistente que os coloca como eternas vítimas na medida em que apresentam seus inimigos atuais como comparáveis e movidos pelos mesmos motivos que aqueles que os antecederam. É justamente ao procederem dessa forma, que os oprimidos transcendem o limiar que separa a reivindicação justa do ressarcimento moral por uma política instrumental da culpa.

Quanto ao caso específico do Estado judeu, contrariamente ao fato de que “em resposta à política da culpa censurada a Israel, se manifesta a infeliz tendência a redimensionar o horror do holocausto judeu”, Losurdo advoga que esse limiar também deve ser respeitado. Como parte constituinte desse processo, o filósofo critica a arbitrária construção de uma linha de continuidade entre nazistas e árabes, argüindo que “a ideologia tradicional do colonialismo rotulava suas vítimas como bárbaros; agora os “bárbaros” se tornaram também “anti-semitas”⁴⁰.

No prefácio de sua obra, Pappe coloca que através da mesma quis explorar tanto os mecanismos empregados na “purificação étnica

39 Domenico Losurdo, *A linguagem do império: léxico da ideologia estadunidense* (São Paulo: Boitempo, 2010), 187.

40 Losurdo, 188.

da Palestina” quanto o “sistema cognitivo que permitiu ao mundo esquecer, e aos perpetradores negar, o crime que o movimento sionista cometeu contra o povo palestino em 1948”. Embora ao longo do livro não cite pontualmente os fatores que integram esse “sistema cognitivo” orwelliano, fica claro que o Holocausto é parte do mesmo. Reiterando as palavras do autor citadas anteriormente, “explorando essa mitologia, Israel se tornou apto a, posteriormente, assegurar o massivo apoio das comunidades judaicas ao redor do mundo para seu Estado, enquanto demonizava os árabes como um todo, e os palestinos em particular”.

Considerando as atrocidades do Holocausto, de fato, não faz sentido que o exército que representa esse povo mártir possa ter empreendido uma limpeza étnica, apenas três anos depois. Em várias passagens, Robert Fisk considera os israelenses como “as crianças do Holocausto” e revela sua incompreensão de como, dado tal condição, pôde seu exército se envolver em atrocidades no Líbano, a exemplo de Sabra e Chatila. Em suas palavras “podia esse ser o mesmo Exército que estava aterrorizando a população de Beirute ocidental, que havia matado tanto milhares de palestinos, cujos aviões empregaram poderio tão impressionante e homicida contra soldados e civis?”⁴¹.

Para finalizar, o sofrimento e a barbárie inefável de que é composto o Holocausto levaram o famoso filósofo alemão Theodor Adorno a se indagar sobre como escrever poesia após Auschwitz. Contudo, tendo em vista a insensibilidade e o descaso daqueles que foram proclamados e se

41 Fisk, 327.

auto-proclamaram os representantes das vítimas nazistas, utilizando-se de sua memória para extorquir dinheiro e legitimar ações atrozes, cabe questionar até que ponto tal conduta não contribui ainda mais para o fim derradeiro da possibilidade poética humana?

PALESTINIANS: THE FURTHER VICTIMS OF THE HOLOCAUST

Abstract: Fact that led to the deaths of millions of people, standing out among them quantitatively those of Jewish descent, the Holocaust and the memory of its victims are subjects of constant debate. If, on the one hand, studies of its specificity, causes and dimensions have already reached a considerable volume, of another, are the discussions of the political uses of the phenomenon. Inserted into this second stream, this article deals with consequences and uses the memory of the Holocaust in the Palestinian Question on three different times: first, the period from the end of World War II until 1948, year of foundation of the Israeli state, second, the context between the 1967 War and 1973 War, and third, the Israeli invasion of Lebanon in 1982. From specialized bibliographical references and sources, we seek to discuss the links between the phenomenon and the creation of the Israeli state and argue about the political uses of the same, especially for cloud crimes against the Arab population, specifically Palestinian. It will be noted that such a parallel discussion of the meaning of the Holocaust was carried out mainly by Jewish intellectuals, seeking to criticize the policy that the State Israeli and U.S. governments made to, through the phenomenon, achieve concrete objectives. In a context like ours, where the issue has generated controversy from its denial by the “revisionism”, is salutary to contribute to discussions stressing the need to criticize the political use of the Holocaust, but at no time fall into the mistake of a denial.

Keywords: Holocaust, Israel, Palestine, Ethnic Cleansing.

Recebido em: 13/06/2011
Aprovado em: 05/12/2011

PALESTINOS: LAS VÍCTIMAS SUBSECUENTES DEL HOLOCAUSTO

Resumen: Hecho que llevó a la muerte de millones de personas, entre los que destacan cuantitativamente los de ascendencia judía, el Holocausto y el recuerdo de las víctimas son objeto de constante debate. Si, por un lado, los estudios de su especificidad, causas y dimensiones ya han alcanzado un volumen considerable de otra, se discute la utilización política del fenómeno. Insertado en esta segunda corriente, este artículo se refiere a las consecuencias y los usos de la memoria del Holocausto en la cuestión de Palestina en tres ocasiones: en primer lugar, el período comprendido entre el final de la Segunda Guerra Mundial hasta 1948, año de fundación del Estado de Israel, en segundo lugar, el surgimiento de lo que Norman G. Finkelstein denomina “la industria del Holocausto”, entre la guerra de 1967 y a de 1973, y en tercer lugar, la invasión israelí del Líbano en 1982. Desde especializadas referencias bibliográficas y fuentes, buscase discutir los vínculos entre el fenómeno y la creación del Estado israelí y discutir sobre los usos políticos de lo mismo, sobre todo para ocultar los crímenes cometidos contra la población árabe, especialmente palestinos. Cabe señalar que este debate paralelo sobre el significado del Holocausto se llevó a cabo principalmente por los intelectuales judíos, tratando de criticar la política utilizada por los Estados israelí y de EE.UU para lograr objetivos concretos. En un contexto como el nuestro, donde el tema ha generado controversia desde su negación por el “revisionismo” es saludable para contribuir a los debates haciendo hincapié en la necesidad de criticar el uso político del Holocausto, pero en ningún momento caer en el error de la negación.

Palabras clave: Holocausto, Israel, Palestina, Limpieza étnico.

